

Regime normativo cisgênero e a permanência das pessoas trans nas universidades

Leandro Andrade Henriques¹

Universidade Federal de São João Del Rei

Marco Antonio Torres²

Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar as experiências de acesso e permanência de uma trans universitária da Universidade Federal de Ouro Preto em articulação com as questões sinalizadas por estudantes trans de outras Universidades tendo, principalmente, como referência para análise das narrativas o conceito de cis-generidade. Destacam-se como referenciais teóricos a produção de autoras transfeministas (Viviane Vergueiro, 2016; Sofia Favero, 2015; Megg Rayara de Oliveira, 2021; Letícia Nascimento, 2021) e pesquisadoras e pesquisadores que se dedicaram ao estudo das transexualidades na Educação (Catarina Dallapícula, 2021; Neil Franco, 2018; Pablo Roncón, 2021). Por fim, os resultados apontam que a permanência de estudantes trans nas instituições de Ensino Superior apresentam desafios específicos, porém, se aproximam em relação às opressões que se relacionam ao regime de verdade atrelado à cisgeneridade, tornando-se necessária visibilização de tais experiências e o empoderamento de tais pessoas como forma de romper com tal lógica dominante.

Palavras-chave: ensino superior; transexualidade; gênero; universidade; educação.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São João del rei (UFSJ). Mestre em Educação pela Universidade de Ouro Preto (UFOP). Graduado em Psicologia pela UFSJ. Atua como psicólogo da Assistência Estudantil na UFOP desde 2010.

² Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desde 2009. Doutor, Mestre e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Cisgender normative regime and the permanence of trans people in universities

Abstract: The article aims to present the experiences of access and permanence of a trans university student in the Federal University of Ouro Preto in conjunction with the issues raised by trans students from other Universities, mainly using the concept of cisgenderity as a reference for analyzing the narratives. Theoretical references include the work of transfeminist authors (Viviane Vergueiro, 2016; Sofia Favero, 2015; Megg Rayara de Oliveira, 2021; Letícia Nascimento, 2021) and researchers who have focused on the study of transsexualities in Education (Catarina Dallapícula, 2021; Neil Franco, 2018; Pablo Roncón, 2021). Finally, the results indicate that the permanence of trans students in Higher Education institutions presents specific challenges, however, they are similar in relation to the oppressions that are related to the regime of truth linked to cisgenderness, making it necessary to visualize such experiences and the empowerment of such people as a way of breaking with such dominant logic.

Keywords: higher education; transsexuality; gender; university; education.

Régimen normativo cisgénero y la permanencia de las personas trans en las Universidades

Resumen: El artículo tiene como objetivo presentar las experiencias de acceso y permanencia de una estudiante universitaria trans en el siglo UFOP en conjunto con las problemáticas planteadas por estudiantes trans de otras Universidades, utilizando principalmente el concepto de cisgénero como referente para el análisis de las narrativas. Se destacan como referentes teóricos la producción de autoras transfeministas (Viviane Vergueiro, 2016; Sofia Favero, 2015; Megg Rayara de Oliveira, 2021; Letícia Nascimento, 2021) y de investigadoras e investigadores que se han dedicado al estudio de las transexualidades en la Educación (Catarina Dallapícula, 2021; Neil Franco, 2018; Pablo Roncón, 2021). Finalmente, los resultados indican que la permanencia de estudiantes trans en instituciones de Educación Superior presenta desafíos específicos, sin embargo, son similares en relación a las opresiones que se relacionan con el régimen de verdad vinculado a la cisgénero, por lo que es necesario visualizar tales experiencias y el empoderamiento de estas personas como forma de romper con esa lógica dominante.

Palabras clave: educación superior; transexualidad; género; universidad; educación.

Antes de iniciar a escrita deste artigo, considero importante me apresentar de forma breve, visibilizando marcadores da diferença que me parecem necessários para a temática proposta. Sou um homem cisgênero, gay e branco. E, desde 2010, servidor efetivo de uma universidade pública brasileira (localizada no interior de Minas Gerais). E desde o ingresso (em fevereiro de 2010), estou lotado na Assistência Estudantil, setor responsável pela permanência de estudantes na universidade. Tal apresentação justifica-se em compromisso com aliança sobre as questões pontuadas por Sofia Favero (2015) em *Pode Cisgênero falar?* tendo em vista que sou cisgênero e irei escrever um texto sobre vivências trans nas universidades.

Eu quero vocês perto de mim, tão perto que as dores sejam confundidas e deslocadas, para que eu não precise mais explicar o que é apanhar na rua ou ser expulsa de casa, pois vocês já saberão e estarão situados contra. Essas alterações demandam uma fala, uma conversa, um diálogo. (FAVERO, 2015: 1)

Do mesmo modo, o orientador da pesquisa que assina como coautor do artigo se define como um homem gay, pardo e cisgênero que tem se dedicado aos estudos envolvendo gênero, sexualidades e educação.

As questões que serão apresentadas foram fruto de experiências que se relacionam, principalmente, ao meu mestrado em Educação em que me envolvi afetuosamente e teoricamente em leituras e escuta sobre vivências trans na educação superior. E que evidenciaram o quanto a permanência de estudantes travestis e trans nas universidades precisa ser compreendida interseccionalmente, visibilizando o regime normativo que regula as possibilidades de viver e existir dessas pessoas (sem ignorar marcadores da diferença específicos de tais vivências). Nesse momento, cabe sinalizar a noção de cisgeneridade como importante operador analítico que permite colocar sob análise crítica as normas que produzem a ideia de estabilidade em relação ao sexo. Tal noção é bastante utilizada pelas autoras transfeministas (Viviane VERGUEIRO, 2015, 2016; Sofia FAVERO, 2015; Tiffany ODARA, 2020 e Letícia NASCIMENTO, 2021) para se refletir sobre as vivências trans e travestis. Neste trabalho foi possível dialogar também com textos de pesquisadoras e pesquisadores que abordaram questões relacionadas à travestilidades e transexualidades no campo da Educação como Megg Rayara de Oliveira (2021), Graça Ciccilini (2016), Neil Franco (2018), Catarina Dallapícula (2021) e Pablo Rocon (2021).

Cabe destacar, por sua vez, que o acesso e permanência de pessoas trans em instituições de ensino superior já foi investigada por autores como Fausto Scote (2017), Gisele Castelani (2018), André Oliveira (2020), Luana Ribeiro (2020) e Marlyson Pereira (2020) e os resultados encontrados por tais pesquisadoras e pesquisadores serão articulados com eixos analíticos que foram objetos de investigação na pesquisa realizada com uma ³trans universitária de uma instituição de ensino superior do interior de Minas Gerais, no caso, a UFOP. Em tal estudo,

³ Dedicamos este artigo a todas as pessoas trans, em especial, à estudante universitária – colaboradora participante da pesquisa citada. Por meio de sua narrativa, nos proporcionou grande aprendizado sobre vivências na educação.

destacamos o quanto as experiências para além da rotina universitária, relacionadas à saúde, ao trabalho e redes de apoio precisavam ser compreendidas. E que as exigências acadêmicas e as políticas da instituição de ensino não consideravam tais questões como parte de uma vida para além do papel de ser estudante, com todas as especificidades de uma vida marcada por experiências opressoras. A compreensão de acesso ao ensino superior perpassa o entendimento de ingresso num curso e se relaciona a questões como condição social, cultural e econômica da família e a escolarização da estudante. A permanência, por sua vez, é compreendida como as questões pessoais e institucionais que colaboram para a continuidade dos estudos, garantindo a conclusão do curso, isto é, a não evasão (ZAGO, 2016).

A noção de pessoas trans utilizada ao longo do texto considerará a sinalização feita pela estudiosa transfeminista Letícia Nascimento (2021: 18) que diz “é importante demarcar que o termo “trans*”, com asterisco, sinaliza a ideia de abarcar uma série de identidades não cisgêneras”. Pessoas trans, nesse sentido, retrataria e incluiria ao longo deste texto as pessoas transexuais (que não necessariamente precisam passar por procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual) e as travestis que, embora lutem pelo reconhecimento alinhado a feminilidade social, não se detém, necessariamente, a compreensão como homem ou mulher, mas como um terceiro gênero. O que em Tiffany Odara (2020) podemos conceber como um posicionamento político de manifestação e questionamento à marginalização histórica do corpo travesti.

Discursos em disputa: a transfobia como parte do cenário universitário

A compreensão dos discursos perpassa o entendimento dos dispositivos da sexualidade propostos pelo filósofo Michel Foucault na primeira parte da História da Sexualidade – Vontade de Saber. Para Foucault, dispositivos “são formados por um conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas que possuem uma função estratégica de dominação. O poder disciplinar obtém sua eficácia da associação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras” (FOUCAULT, 1993: 244). Num contexto em que existe um conjunto de enunciados formando discursos que constituem processos de subjetivação, sendo que autor aponta as resistências como luta/resposta imediata à tentativa de individualização. “Quem somos nós? Elas são uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente” (FOUCAULT, 1995: 235). As relações de poder para serem concebidas como tal dependem da existência do outro e de liberdades, isto é, possibilidades de respostas (de violências, consentimentos e/ou resistências). A liberdade é intrínseca às relações de poder, isto é, ela é condição de existência do poder já que as resistências devem ser uma das possibilidades de resposta imediata.

Partindo-se da noção foucaultiana da análise dos discursos, (TORRES *et al.*, 2020) apresentam a transfobia como dispositivo que opera numa dinâmica, a partir de um regime de verdade onde não se reconhece as vozes e os direitos das pessoas trans. Segundo Neil Franco (2018: 476), “o fenômeno da transfobia pode ser definido como um processo de recusa histórica, social e cultural pela forma como travestis, transexuais e transgêneros constroem seu gênero e vivem suas sexualidades”. Alinhada a tal perspectiva, a pesquisadora Erika Albuquerque (2020) apresenta a noção de transfobia institucional a partir do impedimento de direitos das pessoas trans num dado contexto institucional que interferem em sua

permanência por terem suas demandas e vivências marginalizadas, ignoradas ou, até mesmo, alvo de violências físicas e/ou psicológicas. Por sua vez, na conceitualização da transfobia, Viviane Vergueiro (2015), se posiciona no sentido de aproximação constante às vozes trans, de forma a não esgotar o conceito como finalizado. Nesse entendimento, destaca-se a importância de uma aproximação dos movimentos sociais e não apenas da produção teórica e conceitual do universo acadêmico.

A partir de tais elucidações sobre a transfobia, torna-se oportuno, nesse momento, apresentar brevemente alguns apontamentos dos estudos que se debruçaram em compreender a permanência de estudantes travestis e trans no ensino superior. Ao final, irei trazer algumas sinalizações específicas da Universidade Federal de Ouro Preto, resultado da minha pesquisa de mestrado sobre as experiências de uma universitária trans em tal instituição de ensino superior. Parto do princípio de que estas instituições de educação apresentam um contexto de reprodução de lógicas opressoras que precisam ser visibilizadas numa perspectiva interseccional, de forma a romper com lógicas excludentes.

Desnaturalizar narrativas hegemônicas que produzem exclusão, como as de contos de fadas, e ressignificar as diferenças como potencializadoras das relações nos ambientes educacionais e demais espaços de conhecimento são estratégias de ampliação do direito à cidadania e a vidas vivíveis. (DALLAPÍCULA *et al.*, 2021: 30)

Breves considerações sobre permanência de pessoas travestis e trans no Ensino Superior

Ao realizar levantamento de estudos que se debruçaram sobre o acesso e permanência de pessoas trans nas universidades, direcionamos nosso olhar para realidades específicas de algumas universidades, embora com compartilhamento de experiências que se aproximam. Cabe, neste momento, apresentar algumas sinalizações das pesquisas de autoras e autores que se debruçaram sobre permanência de pessoas trans nas instituições de ensino superior: a sensação de vulnerabilidade nos espaços universitários e a possibilidade de sofrerem violência leva, muitas vezes, a necessidade de realizarem esforços para terem seus corpos mais alinhados à expectativa social. Dessa forma, a passabilidade é algo bastante presente nos estudos e diz sobre as mudanças corporais e procedimentos estéticos realizados para que não sejam percebidas como pessoas trans, mas como cisgêneras (RIBEIRO, 2020; SOUZA, 2019; SANTOS, 2017); Sensação de insegurança das pessoas no contexto universitário (CASTELANI, 2018; SCOTE, 2017; RIBEIRO, 2020; SANTOS, 2017; SOUZA, 2019), bem como despreparo dos servidores e professores em lidar com os corpos das pessoas trans (SCOTE, 2017; OLIVEIRA, 2020).

Tais sinalizações nos induzem a pensar sobre o cenário de tais experiências e em como a cisgeneridade age sobre tais corpos, produzindo subjetividades. Nesse momento, cabe trazer a citação de Viviane Vergueiro (2016: 256):

A cisgeneridade, nomeada e analisada, e sendo utilizada como uma ferramenta conceitual para demonstrar a profunda, ampla e generalizada invisibilização e marginalidade contra pessoas e comunidades trans e travestis em espaços demais mundo afora. Como uma forma, enfim, de identificar ciscolonialidades e as exigências políticas necessárias e estratégicas diante destas violências.

Torna-se importante, ao registrar tal citação, visibilizar a potencialidade do termo cisgênero não só como proposição analítica teórica, mas também como de

um posicionamento epistêmico-político. Viviane Vergueiro apresenta o quanto tal posicionamento descortina a essencialidade do gênero ao apresentar a cisgeneridade apoiada pela pré-dicursividade, binariedade e permanência.

A partir de tais considerações e dando continuidade à visibilização das discursividades presentes nos contextos universitários, trago alguns elementos que surgiram, enquanto resultados da pesquisa de Mestrado realizada com uma trans universitária de uma instituição de ensino superior localizada numa cidade do interior de Minas Gerais (HENRIQUES, 2023). Como forma de visibilizar aspectos de acesso e permanência na Universidade, num primeiro momento serão apresentadas experiências pessoais da estudante relacionadas à saúde, rotina no trabalho e redes de apoio que, perante às exigências institucionais, não eram compreendidas como relevantes para se pensar na permanência dela na Universidade. Posteriormente, algumas experiências institucionais mais específicas foram compartilhadas pela estudante, o que, por sua vez, devem ser compreendidas em articulações com aquelas vivências pessoais.

A estudante universitária apresenta uma trajetória de vida que precisa ser visibilizada, pois oportuniza a chance de compreendermos como as nuances específicas relacionadas à sua identidade de gênero articulam-se com as experiências vividas na instituição de ensino superior, no qual estava vinculada. Assim, ela narra sua trajetória profissional como algo relevante para a garantia de sua independência e como espaço de reconhecimento de sua identidade de gênero. Nesse momento, cabe trazer o apontamento de Ágata, uma estudante trans universitária sobre o lugar dos corpos trans que são excluídos dos espaços centrais (mundo acadêmico e inserção formal no mercado de trabalho), tendo como destino frequente a periferia, à margem e a esquina como possibilidade de sobrevivência (ALBUQUERQUE, 2020). As experiências da estudante acessando formalmente o mundo profissional, por sua vez, se tornam um privilégio quando comparado com o de outras pessoas trans. Assim, o sentido de tais vivências devem ser visto não pelas lentes da cisgeneridade como destino comum e habitual, mas como um empreendimento raro e destoante, que precisa ser politicamente debatido como possibilidade necessária àquelas pessoas.

Paralelamente a tais experiências profissionais, marcadamente referenciada como fonte de apoio emocional por a reconhecerem e a respeitarem como uma pessoa trans, ela apresenta as questões de saúde como um desafio vivenciado por pessoas não cisgêneras que residem numa cidade interiorana e precisam do sistema de saúde para garantir o acompanhamento hormonal necessário. As questões que se relacionam à rede de saúde vão além das burocracias inerentes ao acesso e ao acompanhamento específico para sua demanda, pois abarca também posturas transfóbicas inerentes ao despreparo de profissionais de saúde não capacitados para acolher e lidar com as especificidades da saúde de transexuais e travestis.

As questões pessoais relatadas anteriormente impactam em sua forma de lidar com as questões acadêmicas relacionadas à universidade. Em relação ao contexto universitário, a estudante aponta o quanto o regime cisgênero orienta as vidas trans, ao pensar na elaboração de normativas e políticas institucionais desconsiderando as vivências peculiares de pessoas não cisgêneras que acessam à instituição. Enquanto estudante de graduação e que vivenciou o processo de transição hormonal desde o início do curso, ela reforça a necessidade de maior atenção para sensibilização (por meio de capacitação) para as questões inerentes às vidas das pessoas trans na universidade. As reflexões que se relacionam a tais vivências na Universidade são apresentadas no seguinte relato: “É...e uma coisa

que eu sempre percebi até hoje! A UFOP NÃO TA PREPARADA PARA PESSOAS TRANS! Ela não tem uma preparação específica!” (HENRIQUES, 2023).

As experiências que se relacionam ao processo hormonal precisam ser compreendidas numa lógica de sobrevivência dentro de um regime cisgênero em que a passabilidade reduz as chances de violência, algo também presente nos estudos sobre permanência nas Universidades (RIBEIRO, 2020; SOUZA, 2019; SANTOS, 2017).

Além de representar um direito sobre sua identidade e seu corpo, a conquista da passabilidade para uma pessoa trans – ou seja, a produção de características corporais condizentes com sua identidade de gênero – aponta para a segurança de transitar pela cidade e será aqui pensada como uma forma de produção de saúde, na medida em que implica em menos possibilidades de ser vítima de comportamentos LGBTfóbicos violentos e garante, entre outras coisas triviais, a possibilidade de utilizar banheiros públicos e não correr riscos de injúrias ou de adoecer por se privar disto. (PORTO, SILVA e GUGELMIN, 2021: 221)

Processo de hormonização que, muitas vezes, influenciam na frequência às aulas e exigem mais compreensão dos docentes, em termos de processos avaliativos flexíveis que compreendam tais experiências como necessidades de se viver com menos chances de morrer, principalmente, se considerarmos as violências sofridas pela população trans no país, que registrou, ao longo de 2022, pelo menos 131 casos de pessoas trans assassinadas (BENEVIDES, 2023).

Concomitantemente às experiências no processo hormonal, a discente manifesta grande sofrimento psíquico (com presença de pensamentos de autoextermínio), sendo o período de férias do trabalho um momento específico que contribuiu para tais sentimentos. O que nos leva a destacar a importância de se criar variados espaços de acolhimento e suporte emocional para as pessoas trans. Assim, a ausência de um contexto de acolhimento e reconhecimento externo ao ambiente do trabalho, citado por ela como presentes em seu meio profissional, surge como um indicador para a necessidade de se construir espaços de acolhimento para pessoas trans. Espaços que não estariam restritos apenas ao contexto universitário, mas de forma ampla, considerando que tais pessoas vivem na sociedade e de que o suicídio é um problema de Saúde Pública.

Diante dos gastos financeiros relacionados ao processo de transição (medicamentos e consultas médicas com especialistas em Belo Horizonte e, até mesmo, no Rio de Janeiro), a discente vislumbra a chance de ocupar uma vaga numa residência estudantil pública da instituição, de forma a reduzir gastos com aluguel. No entanto, ao conversar com profissional da Assistência Estudantil da Universidade que trata sobre tal questão, houve, por parte da profissional, a apresentação de possíveis problemas de convivência que ela, enquanto mulher trans, poderia vivenciar com outros residentes. Tais questionamentos e problematizações, por sua vez, estavam no sentido de apresentar e antecipar possíveis atitudes transfóbicas por parte de residentes da moradia. Por mais que, num primeiro momento, possa ser entendida como uma postura cautelosa por parte da profissional da Universidade, podemos também considerar que seria uma atitude de naturalização da transfobia. Quando partimos do princípio de que o contexto é violento com pessoas trans e minha postura é de sinalizar a transfobia como dispositivo presente e naturalizado, confirmo que há uma política de permanência articulada à violência ética, conforme analisado por (TORRES *et al.*, 2020), ao se alinhar aos princípios normativos cisgêneros. Assim, com essa postura de “cuidado”, se naturaliza que aquele espaço (no caso, à moradia estudantil pública) é reconhecida-mente espaço de uns (pessoas cis) em detrimento de outros (pessoas trans que, a

priori, são informadas sobre o regime de verdade hegemônico). A situação apresentada nos leva a confirmar a orientação cisgênera como naturalizada nos espaços institucionais e que precisa ser constantemente questionada quando nos comprometemos a trabalhar em prol da diversidade nos espaços educativos. Neste caso específico, relacionado à moradia estudantil pública (que sinaliza no Edital de Seleção a possibilidade de acesso de pessoas trans e da escolha de gênero da vaga), nos leva a compreender que não basta apenas existir norma ou documento alinhado ao respeito às identidades de gênero. Apesar de serem instrumentos necessários, a capacitação da comunidade acadêmica para compreensão das demandas e existências trans torna-se também necessária. Sua narrativa estabelece como suas experiências são mediadas por pessoas, em sua maioria, cisgêneras. O que, por sua vez, a leva a apontar sugestões de ampliar vozes institucionais que estabeleçam diálogo quando aponta a necessidade de política de cotas para pessoas trans na universidade, bem como maior envolvimento e participação de pessoas trans em espaços políticos da universidade.

Torna-se oportuno destacar que na Universidade Federal de Ouro Preto existem políticas direcionadas diretamente às pessoas trans, como a Resolução CUNI nº 1.765 que regulamenta institucionalmente o uso do nome social de pessoas trans na UFOP (UFOP, 2015); e políticas que buscam criar espaços de reflexão sobre as questões de gênero e sexualidade, como o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência – PIDIC (UFOP, 2018). Porém, tais iniciativas isoladas e sustentadas por perspectivas exclusivamente cisgêneras não parecem garantir políticas institucionais efetivas que se relacionam à permanência de pessoas trans e travestis nas universidades, como apontado nos estudos. Parece existir uma necessidade urgente por políticas institucionais que considerem as especificidades de suas vivências e que tenham sido elaboradas com participação das pessoas trans.

Cisgeneridade e universidades: desafios e possibilidades para permanência de pessoas trans

Os apontamentos feitos na seção anterior dizem sobre contextos específicos em diferentes instituições de ensino superior. No entanto, apresentam aproximações que se alinham à orientação hegemônica característica da cisgeneridade em que situam suas práticas marginalizando outras possibilidades de experiências. O conceito de cisgeneridade foi introduzido por Viviane Vergueiro (2016) como ferramenta analítica para se pensar nas discursividades hegemônicas que não consideram as experiências das pessoas trans, oprimindo-as sobre possibilidades de se colocar. A força da cisgeneridade como categoria analítica se mostra necessária em função de ainda percebermos o quanto o corpo de diferentes pessoas é alvo de violências e ocupam condições histórica e socialmente produzida em desfavor de travestis e transexuais. A partir do momento que as condições e possibilidades forem as mesmas, não faria sentido visibilizar a cisgeneridade, pois a noção de humanidade abarcaria todas as condições de vida.

Assim, visibiliza o quanto nascemos dentro de uma rede discursiva que já aponta qual será nosso gênero (definido por critérios objetivos) que traz a binaridade como única possibilidade (ser homem e mulher e nada além dessas possibilidades) e que está inserida em arranjos focados na permanência e estabilidade do que podemos ser ou que deveria ser esperado de um homem ou mulher. Ao fazer tais críticas, ela reforça o potencial da cisgeneridade não como algo aceito de forma tranquila pelas pessoas que se identificam com a cisgeneridade, mas do

seu caráter imposto e, porque não, violento ao tomar essa característica posta (VERGUEIRO, 2016).

Tal imposição, como marca indissociável e compulsória de regimes hegemônicos e naturalizados, nos leva a pensar sobre os cenários universitários. Pensar sobre acesso e permanência de pessoas trans nas universidades nos obriga a descortinar as essencialidades reproduzidas por aqueles que ocupam tais espaços, em sua maioria cisgêneras. Autoras transfeministas tem destacado em apresentar tal perspectiva como colonizadora para outras possibilidades de existir que não sejam baseadas no modelo binário e heteronormativo vivido por pessoas cisgêneras. Viviane Vergueiro (2016: 267) faz um importante apontamento que segue:

Quando contrapomos nossas experiências complexas e interseccionalmente localizadas contra as epistemologias dominantes que simplificam e condescendem nossas comunidades e pessoas trans travestis, construímos fissuras na ciscolonialidade que, espero, possam explicitar e denunciar as funções morais por detrás das supostas objetividade e neutralidade das ciências, permitindo a constituição de outros modelos de gênero.

Tal abordagem confirma o quanto outras vivências ficam submetidas como não possíveis ou não inteligíveis, vivendo numa precariedade de possibilidade de existir. Tal cenário se sustenta por uma série de discursos e saberes tidos como verdades que são alvo de críticas e questionamentos por parte das pessoas trans, como forma de tornar evidente que existe um projeto que sustenta tais lugares, isto é, forças colonizadoras que querem manter tais corpos numa esfera de não visibilidade.

O princípio que orienta tais produções está num convite ao questionamento de tais verdades, isto é, que levemos menos em consideração o diagnóstico que as resume, para encarar, aproximar sobre suas narrativas como forma de enxergar vivências singulares, únicas. E que tais particularidades não sejam lidas ou encaradas pelo olhar estereotipado tão típico de binarismo cisgênero, mas que vá além, nos convide à transformação. Caminhos possíveis estariam em ouvir tais narrativas questionando sempre as certezas típicas de quem está impregnado do regime orientado pela cisgeneridade: Há algo que tais pessoas verbalizam que nós cisgêneros não estamos conseguindo, de fato, ouvir? Há violências vivenciadas que nós cisgêneros não estamos experienciando e isso nos impede de aproximar, de fato, das realidades de tais pessoas?

Considerações Finais

Ao longo deste ensaio foram analisadas pesquisas que versaram sobre experiências de diferentes estudantes trans e travestis; e desafios que perpassam o acesso e a permanência em instituições de ensino superior. O contato com tais experiências e as sinalizações feitas, principalmente, por autoras travestis e trans trazem à tona o quanto a perspectiva cisgênera se impõe como produtora de subjetividade das pessoas inseridas em tais contextos, notoriamente ocupado em sua maioria, por pessoas cisgêneras. Com este posicionamento podemos observar um importante deslocamento sobre as análises sobre a problemática da transfobia, ou seja, as travestilidades e transexualidades não são o problema a ser investigado e analisado para compreender a transfobia, mas as lógicas cisgêneras que no sistema universitário produz e sustenta historicamente uma exclusão imposta aos corpos trans. As políticas de acesso e permanência, ainda que sinalizem algu-

mas possibilidades, são extremamente precárias para produzirem transformações efetivas no cotidiano de estudantes universitárias que se identificam ou são identidades nos registros das travestilidades e transexualidades.

Assim, pensar nos desafios apontados por estudantes trans nas pesquisas citadas é uma necessidade urgente. Visibilizar a perspectiva cisgênera como opressora torna-se um compromisso institucional para a garantia de direitos de tais pessoas. E como sinalizado pela própria Viviane Vergueiro (2015), a luta pela transfobia não deve ser compreendida a partir de uma só noção, acabada, finalizada. Mas a partir da aproximação com tais pessoas, ouvindo suas vozes e se comprometendo em oferecer espaços de escuta e participação política.

Recebido em 22 de fevereiro de 2024.

Aprovado em 9 de agosto de 2024.

Referências

ALBUQUERQUE, Érika Fabíola de Araújo Ribeiro e. *Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminino no cotidiano acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/Campus Fortaleza, 2020.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. *ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)*. 109p. Brasília: Distrito Drag/ANTRA, 2023.

CASTELANI, Gisele Aparecida Zutin. *Transgêneras nos espaços universitários - as alunas trans*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos), Universidade Federal de São Carlos, 2018.

DALLAPICULA, Catarina; TORRES, Marco Antonio ; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de ; ROCON, Pablo Cardozo. Interseccionalizando em educação: lutas sociais e direito à diferença. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 4: 23-32, 2021.

FAVERO, SOFIA. Pode o cisgênero falar? *Travesti Reflexiva* (blog), 2015.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANCO, Neil. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. *Revista de Educação Pública*, 27 (65/1): 469-86, 2018.

HENRIQUES, Leandro Andrade. *Narrativa de uma trans universitária: experiências de acesso e permanência na Universidade Federal de Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Ouro Preto, 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ODARA, Tiffany. *Pedagogia da Desobediência: travestilizando a Educação*. Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. *A educação é uma catapulta para a liberdade : acesso e permanência de homens trans em instituições de ensino superior*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2020.

PEREIRA, Marlyson Junio Alvarenga. *Mulheres trans universitárias: a emergência de políticas públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2020.

PORTO, Rayssa Karla Dourado; SILVA, Marcos Aurélio da; GUGELMIN, Sílvia Angela. Narrativas de passabilidade e a segurança para transitar: transmasculinidades e saúde. *Aceno*, 8 (16): 219-230, 2021.

RIBEIRO, Luana Fonseca Pereira. *O aprimoramento das políticas institucionais para a garantia do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

SCOTE, Fausto Delphino. *Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, 2017.

TORRES, Marco Antônio; MODESTO, Rubens Gonzaga; MENEZES, Thaynara Martins da Costa. Por uma educação não transfóbica: reconhecimento e produção de verdades trans na educação. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, 12 (24): 121-134, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Resolução CUNI nº 1.765. *Regulamenta a utilização do nome social por Discentes, Servidores Técnico-Administrativos e Docentes no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto e dá outras providências*. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO [UFOP]. Resolução CUNI/IFES nº 1.967. *Regulamenta o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência – PIDIC*. 2018.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. “Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial”. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; and MOUTINHO, L. (orgs.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação [online]*, 11 (32), 2006.

VOLUME 12
NÚMERO 28
(JAN./ABR. 2025)

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

ANTROPOLOGIAS DOS DESERTOS:
ECOLOGIAS, POVOS E COSMOLOGIAS
ENTRE OS VAZIOS E AS ABUNDÂNCIAS
DE UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

COORDENADORXS:

DRA. ANTONELA DOS SANTOS (UBA/CONICET)
DR. GABRIEL RODRIGUES LOPES (UFS)
DR. PEDRO EMILIO ROBLEDO (UNC/CONICET)

Na América Latina, a palavra 'deserto' adquire conotações que vão além do geográfico-ambiental. Diversas noções de deserto influenciaram as definições político-ideológicas dos diferentes projetos coloniais e nacionais na região, desempenhando um papel central tanto nas crônicas coloniais quanto nas discussões relacionadas aos processos de consolidação dos Estados-nação. Além das características locais adquiridas por esse fenômeno, em todos os casos certos territórios foram vistos e conceituados como inóspitos e vazios não devido às suas condições ambientais, mas sim a rejeição de seus habitantes a modos de vida baseados na exploração capitalista dos recursos. Esses territórios, hostis à colonização, foram geralmente associados ao sombrio e ao selvagem, assim como à improdutividade e ao atraso. Estigmas que perduram até os dias atuais para justificar iniciativas político-econômicas de mapeamento e conquista territorial em nome da civilização, da razão e do progresso. É notório que esses lugares designados como desertos são marcados pela violência, subordinação, deslocamento e exploração laboral das populações locais, bem como pela implementação de projetos extrativistas em larga escala, do tipo plantation, como o cultivo de cana-de-açúcar, café, espécies para curtume, assim como a produção pecuária e a extração de minerais. Portanto, embora a construção dos desertos americanos seja, em princípio, discursiva e ideológica, suas implicações geralmente se traduzem em reconfigurações ecológicas e demográficas em larga escala. O contexto atual, marcado por uma crise política e ecológica generalizada, colocou em destaque a discussão sobre os desertos, mostrando que eles constituem territórios humanos altamente dinâmicos e de grande vitalidade, atravessados por conflitos ideológicos, ontológicos e epistemológicos com os quais diversos atores que os habitam, transitam e/ou os conceituam tem que enfrentar. Este dossiê se propõe a mapear comparativamente essas 'outras faces' dos territórios que tem sido habitualmente concebidos e/ou construídos como desertos na América Latina, reunindo textos que explorem etnograficamente como e até que ponto as ideias e práticas cotidianas daqueles que habitam esses espaços tensionam a distinção entre a vida e a não vida, o vazio e a abundância, consideradas uma premissa pouco questionável em outros tipos de teorizações. Interessa-nos refletir de forma conjunta sobre o enredo superpovoado de ritmos, experiências, ideias e histórias humanas e mais-que-humanas que constituem esses territórios, assim como sobre os efeitos antropológicos de estar, ou ter estado, neles.